

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE- PB.

Maria Joselí de Souza Silva (1); Gerciane da Rocha Souza Andrade ; (1) Thaísa Simplício Carneiro Matias (2); Alessandra Ximenes da Silva (4)

Universidade Estadual da Paraíba- gerciane.souza.andrade@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba- mjdessilva@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba- thaisasimplicio@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba- alesximenes@uol.com.br

Resumo: O presente trabalho analisa o processo de privatização na política de saúde, através dos “novos” modelos de gestão no município de Campina Grande/PB. Na contemporaneidade, a ofensiva social-liberal tem intensificado o processo de privatizações, implicando na perda de direitos sociais conquistados pela sociedade. O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira busca assegurar a saúde como direito de todos e dever do Estado, bem como um Sistema Único de Saúde público estatal e de qualidade. Nesse sentido, os sujeitos coletivos se articulam no Fórum em Defesa do SUS de Campina Grande e dissemina uma cultura de resistência a toda forma de privatização da saúde.

Palavras- chave: Reforma Sanitária Brasileira, Sujeitos Coletivos, Novos Modelos de Gestão, Fórum em Defesa do SUS.

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata a respeito da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) e suas respectivas bandeiras de lutas, do processo de contrarreforma do Estado em curso, e dos sujeitos políticos coletivos, articulados na defesa de um Sistema Único de Saúde (SUS) público e de qualidade e contra todas as formas de privatização da saúde.

O processo de mercantilização e privatização da saúde têm avançado

rapidamente no Brasil, com base em uma Reforma do Estado que intensificou de forma velada a perda de direitos sociais e ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS). Este defendido pela Reforma Sanitária Brasileira como público estatal, universal e de qualidade.

Durante esse processo de lutas contemporâneas surgem os sujeitos políticos coletivos, integrantes, a exemplo da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e o

Fórum em Defesa do SUS de Campina Grande. Protagonistas da luta contra os “novos” modelos privatizantes de gestão como as Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Os sujeitos políticos coletivos, da Frente e do Fórum tem se posicionado a favor da saúde como direito de todos e dever do Estado, inscrita nos moldes da Constituição de 1988.

Dessa forma, num primeiro momento este artigo aborda a RSB e suas propostas, que ampliam o conceito de saúde e defende um SUS de qualidade gerido exclusivamente pelo estado, e em seguida, a relação importante entre o movimento da RSB e os sujeitos políticos coletivos nesse processo de fortalecimento e luta.

Nessa direção, abordamos a contrarforma do Estado, bem como os “novos” modelos de gestão, que na particularidade de Campina Grande/ PB vem atacando a política de saúde do referido município, contrariando os ganhos na saúde através da legislação legal. Na perspectiva dos ajustes social-liberal, o processo de privatização da saúde em Campina Grande/PB vem ocorrendo através da Lei da Gestão Pactuada e a adesão do Hospital

Universitário Alcides Carneiro (HUAC) a EBSERH.

Sendo assim, finalizamos com as resistências e desafios que o Fórum em Defesa do SUS vem enfrentado acerca do processo de privatização em curso da saúde em Campina Grande. Então, para tentar barrar esse processo nefasto do capital em curso, os sujeitos políticos coletivos se articulam junto ao Fórum em Defesa do SUS de Campina Grande, buscando formas de mobilização e enfrentamento a esses ataques a saúde pública de tal município.

Para tanto, este estudo é de natureza qualitativa e tem como objetivo analisar a política de saúde no município de Campina Grande/ PB, bem como seu processo de privatização. As presentes análises partem dos resultados do Programa de Iniciação a Pesquisa Científica (PIBIC) desenvolvida pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), privilegiamos análise de entrevistas, bibliográfica, documental, e a observação de atividades relacionadas a esse processo desde o ano de 2013 até os dias atuais.

1. REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA.

Entender a proposta da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) ¹, bem como, o contexto sócio-histórico da conjuntura econômica, política e cultural emergente no Brasil durante o processo de redemocratização é necessário para compreendermos como se deu a política de saúde no país.

Neste sentido, para melhor fundamentar o processo da RSB é importante ressaltar como a saúde vem sendo tratada no contexto contemporâneo. A saúde está interligada ao conceito de Reforma Sanitária. Esse projeto tem seus pressupostos numa saúde de qualidade não visando apenas à reforma no setor da saúde, mas defende mudanças também no projeto de sociedade.

Desta forma, a RSB tem como luta promover uma política de saúde que não se vincula isoladamente, mas como um produto

¹Vale ressaltar que se entende por Reforma Sanitária segundo o Jornal da Reforma Sanitária (1987) como um longo processo político de conquistas da sociedade em direção à democratização da saúde, num movimento de construção de um novo Sistema Nacional de Saúde tendo como pressupostos: a) a visão da saúde como um processo resultante das condições de vida; b) atenção à saúde não restrita a assistência médica, envolvendo todas as ações de promoção, proteção e recuperação; c) inscrição constitucional da saúde como direito de todos e dever do Estado, de modo que as ações e serviços de saúde estariam subordinados ao interesse público; d) acesso universal e igualitário de toda a população a todas as ações e serviços necessários, sem discriminações; e) constituição do SUS com comando único em cada esfera de governo; f) regionalização e hierarquização; g) gestão colegiada (PROPOSTA, 1987^a,p.3-5).

das condições de existência, interligada com a vida biológica, social e cultural, se inserindo no contexto das relações sociais que os homens estabelecem com a natureza e com o seu trabalho.

Segundo o relatório da 8ª Conferência Nacional da Saúde (CNS), em 1986, define saúde num sentido abrangente, como resultante das condições de alimentação, habilitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade e acesso a serviços de saúde ².

Mediante a ação dos movimentos sociais e a criação de dispositivos legais, foi possível afirmar que a conquista do SUS é da sociedade brasileira. Constituindo os passos de sua materialização na Constituição Federal de 1988, quando se implementou o conceito

² Paim ressalta: O conceito de saúde, referindo não apenas à assistência médica mas, relacionado com todos os seus determinantes e condicionantes (trabalho, salário, alimentação, habitação, transporte, meio ambiente, entre outros); direito universal e igualitário à saúde; dever do Estado na promoção, proteção e recuperação da saúde, natureza pública das ações e serviços de saúde; organização das ações do Estado em uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um Sistema Único de Saúde (SUS) gratuito, descentralizado para Estados e Municípios, sob controle social; subordinação do setor privado às normas do SUS, quando necessários, contratado sob as normas do direito público; diretriz de estatização progressiva; desvinculação do Sistema de Previdência Social, com financiamento autônomo, preserva gradualidade na substituição das fontes previdenciárias; estabelecimento de pisos de gastos. Paim (apud RODRIGUEZ NETO, 1997, p.70).

de Seguridade Social, concebendo-se em seguida a criação do SUS, que é resultante de todo um processo de luta da sociedade brasileira, na época, contra a ditadura, e que defendia um projeto de Reforma Sanitária.

2. SUJEITOS POLÍTICOS COLETIVOS E REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA.

Para democratizar a saúde no Brasil e enfrentar os problemas, foi organizado o movimento da RSB composto por vários seguimentos da sociedade civil entendidos como sujeitos políticos coletivos comprometidos com as mudanças do sistema de saúde.

Dessa forma, para melhor assimilar o termo “sujeitos políticos coletivos” que compõem o projeto de RSB necessário se faz compreender as ideias de Gramsci que se dá na construção de uma hegemonia, ou seja, “a luta pela manutenção ou para transformação” Silva, (2013). Esta hegemonia é expressa pela vontade de uma maioria da sociedade por meio de um consenso (ativo ou passivo) para uma determinada visão de mundo, perpassando por um conjunto de crenças e valores que se enraízam num determinado senso comum o qual interfere na superestrutura societária.

A depender das diferentes conjunturas que perpassaram o nosso país, os sujeitos

políticos coletivos passaram também por mudanças na defesa do projeto de Reforma Sanitária. Desse modo, na década de 70 e 80, Silva (2013) ressalta o protagonismo e a participação do Movimento Popular em Saúde (MOPS), do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), do Movimento dos Médicos Residentes, do Movimento da Renovação Médica, dos sindicatos e dos partidos políticos de esquerda (entre os quais se destacam o Partido Comunista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores). Ainda Segundo Silva (2013), na década de 1990 outros sujeitos políticos coletivos também se tornaram protagonistas, tais como: o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). No século XXI, destacaram-se o Fórum da Reforma Sanitária Brasileira e a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.

Assim, evidencia-se a existência de espaços democráticos de participação dos sujeitos políticos como nos Fóruns, Partidos Políticos, Conselhos, entre outros. Desta forma, a luta por uma hegemonia ocorre na correlação de forças de interesses particulares e coletivos (jogo de forças antagônicas e divergentes) entre a sociedade política e sociedade civil que compõem o Estado.

Nessa perspectiva, segundo Silva (2013), os sujeitos políticos coletivos apresentam na contemporaneidade diferentes projetos de RSB com interesses divergentes, destacam-se: o Fórum da Reforma Sanitária Brasileira e a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. O primeiro está centrado em um projeto de Terceira Via, com ênfase na pequena política³. O segundo tem procurado fortalecer a construção de uma nova hegemonia, o que se aproxima do projeto da RSB da década de 1980 em defesa de uma saúde de qualidade e universal, que implicava uma mudança societária.

3. A CONTRARREFORMA E OS “NOVOS” MODELOS DE GESTÃO.

As séries de Reformas ocorridas no Estado se deram depois da crise fiscal nos anos 70, que teve proporção a nível internacional e foi apontada como umas das causas dos altos custeios de políticas públicas financiadas e advindas do Estado de Bem

³Segundo Gramsci (2000), a *pequena política* compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida, em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor de intrigas). Desta forma, se torna um senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo natural.

Estar Social⁴. As respostas a essa crise foram apresentadas no Consenso de Washington⁵ nos anos 80, articuladas pelo Banco Mundial.

Segundo Simionatto (1999), essas medidas apresentadas no Consenso de Washington recomendam as transferências de alguns direitos que até então era dever do Estado regular como interventor para ser norteado pelo mercado. Desta forma, há uma diminuição de instrumentos de controle público e restrição na alocação de recursos políticos, principalmente na área social como habitação, saúde, lazer e educação, o que ocasiona por sua vez, a diminuição do papel social do Estado que fortalece as ações de natureza privada.

Esse processo de ajuste neoliberal na economia e nas políticas sociais se deu no Brasil de forma mais evidente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e essas medidas foram implantadas através da criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que tinha como Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, e as diretrizes da formulação da Reforma foram

⁴ O Estado de Bem-Estar Social é um modo de organização no qual o Estado se encarrega da promoção social e da economia.

⁵Consenso de Washington (1989) foi uma reunião dos países Centrais principalmente com representantes dos intelectuais do Neoliberalismo com países da América Latina, onde foram implantadas medidas para a superação da crise fiscal do Estado com políticas de ajustes neoliberais.

apontadas no Caderno nº1 (1997) por este ministério. Assim, a ação do Estado passa a ser delimitada, reduzindo suas funções através de privatizações, terceirização e publicização, que regulamentam a criação das Organizações Sociais, redefinindo o papel regulador do Estado e norteado para atender aos interesses do mercado, mercantilizando os direitos sociais.

Contudo, na contemporaneidade temos vivenciado um processo de contrarreforma. Segundo Behring (2003), a contrarreforma é um conjunto de medidas neoliberais de desmonte e destruição das conquistas democráticas. Trata-se de uma reformatação do Estado de forma a adaptá-lo ao capital. Este processo vem sendo norteado pela premissa do neoliberalismo e que afeta vários setores sociais, políticos, econômicos e principalmente os setores da saúde. Além disso, compreender esse processo de contrarreforma é associar o modelo econômico do capitalismo no projeto neoliberal e social-liberal perpassado por suas crises.

Desta forma, os próximos pontos irão tratar como vem se dando o processo de contrarreforma na política de saúde na perspectiva do município de Campina Grande/PB, o mesmo perpassou por duas formas de modelos de gestão, a Gestão Pactuada e a EBESERH e como forma de

resistência a esse processo foi criado o Fórum em Defesa Do SUS de Campina Grande.

3.1 A LEI DE GESTÃO PACTUADA.

A Lei de Gestão Pactuada (Lei Municipal de Nº 5.277) foi aprovada no dia 21 de agosto de 2013 na Câmara Municipal, pelo atual prefeito do município de Campina Grande o Sr. Romero Rodrigues, essa lei segue a tendência da privatização efetivando parcerias com OSs para administrar os diversos serviços públicos no município em tela, inclusive a saúde.

A referida lei tinha como objetivo a privatização dos serviços públicos de diversas áreas, a saber: previdência; educação; cultura; trabalho; urbanismo; cidadania; saneamento; habitação; ciência e tecnologia; gestão ambiental; agricultura e organização agrária; comunicações e transporte; desportos e lazer; indústria e comércio, como também a saúde.

As manifestações contra a Lei da Gestão Pactuada no município de Campina Grande contou com a participação do Fórum em Defesa do SUS, o Fórum em Defesa das Políticas Públicas, da sociedade civil organizada bem como de usuários dos serviços públicos. Como estratégias de mobilizações contra esse processo privatizante, os sujeitos políticos envolvidos organizaram protestos, assembleias, seminários e outros, com o objetivo de atrair

cada vez mais pessoas em prol da saúde pública e contra a Lei de Pactuação.

Devido à péssima repercussão, intensas mobilizações e protestos por parte da sociedade em geral, o gestor alterou alguns dispositivos de tal lei, reduzindo-a a Atenção Básica da Saúde, sendo uma das áreas de maiores recursos financeiros.

Nessa luta, também participou a procuradoria do trabalho de Campina Grande. Para tanto, o procurador Marcos Antônio Almeida impetrou uma ação civil pública na Justiça do Trabalho para impedir que a Lei fosse implementada, visto que a mesma atentava contra a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90 e a Complementar nº 8.142/90.

Nesse processo de organização coletiva em defesa do direito a saúde como está previsto na Constituição de 1988, após 14 meses de intensa luta o então prefeito Sr. Romero Rodrigues antecipou-se a decisão judicial e revogou a Lei da Gestão Pactuada. Essa é considerada como uma conquista para os sujeitos políticos que lutam na defesa de uma saúde pública gratuita e de qualidade para todos e todas.

3.2 A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH).

A luta contra a EBSERH vem sendo travada em âmbito nacional, por ser um novo modelo de privatização dos serviços públicos de saúde oferecidos pelos Hospitais Universitários de todo o país.

Evidencia-se que a EBSERH não é a melhor solução para os problemas dos HUs, pois ao invés de benefícios para a população, esta empresa representa a perda da autonomia da universidade, entre a conexão de ensino, pesquisa e extensão, além da implantação da dupla porta no hospital universitário. Em suma, a EBSERH consiste em transferir o patrimônio público da universidade para uma empresa de interesses privados, ou seja, a mercantilização da saúde e da educação.

Nesse processo de privatizações dos HUs, diversas entidades nacionais já se posicionaram em defesa de uma saúde pública e contra a EBSERH são elas: o Conselho Nacional de Saúde, as Executivas de Estudantes de Enfermagem, Medicina, Conselhos Federais de Serviço Social, inúmeros fóruns municipais e regionais que agregam partidos, sindicatos, movimentos e demais entidades de camponeses, trabalhadores da cidade, usuários e estudantes, bem como a Frente Nacional Contra Privatização da Saúde.

Logo, segundo documento da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde a EBSEERH já mostrou pra que veio:

“desperdícios com o dinheiro público; irregularidades nos 'concursos' realizados, que na realidade são Processos Seletivos para contratos temporários; insatisfação dos empregados contratados; atendimento aos usuários do SUS prejudicado e a lógica mercantil já evidenciada” (FÓRUM EM DEFESA DO SUS-CG, 2014b, p. 01).

Na particularidade de Campina Grande, sempre houve grande resistência à adesão da EBSEERH por parte dos sujeitos políticos envolvidos na luta contra a privatização e mercantilização da saúde.

Em meio a essa conjuntura privatizante da saúde, em meados de 2012 ainda na gestão do reitor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) o Sr. Thompson Mariz, houve as primeiras tentativas de promover a adesão a EBSEERH, tendo como resistência a rejeição do Colegiado Pleno (instância maior da UFCG) em assembleia no dia 29 de outubro do tal ano.

Seguindo as estratégias de convencimento para aderir a EBSEERH, o atual reitor da UFCG o Sr. Edilson Amorim, promoveu a visita do presidente da EBSEERH o Sr. Newton Lima Neto as dependências do

HUAC no dia 29 de outubro de 2015, este momento serviu também para uma apresentação da empresa bem como seus resultados para a sociedade em geral presente. Logo, como esperava-se, este dia foi marcado por protestos e mobilizações por parte da comunidade acadêmica, trabalhadores do HUAC, usuários, movimentos sociais, além das diversas entidades que compõem o Fórum em Defesa do SUS, com o intuito de resistir a adesão da UFCG a EBSEERH.

Apesar da luta de todos os sujeitos políticos envolvidos no processo de resistência a essa empresa e contrariando a decisão do colegiado pleno, o Sr. Edilson Amorim de forma monocrática e autoritária assinou o contrato de adesão, e a EBSEERH passou a gerir o HUAC a partir do dia 1 de janeiro do corrente ano.

Contudo, esta adesão a EBSEERH se configura como uma continuidade do processo de privatização em curso da política de saúde na particularidade de Campina Grande.

4. RESISTÊNCIAS E DESAFIOS DO FÓRUM EM DEFESA DO SUS DE CAMPINA GRANDE AO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE EM CURSO.

O município de Campina Grande passou e perpassa por duas formas de

privatização da saúde, as quais tem a atuação do Fórum em Defesa do SUS de Campina Grande. Uma delas diz respeito sobre a Lei de Gestão Pactuada e outra à adesão do HUAC à EBSEH.

Como forma de resistência à reforma do Estado que atinge as políticas de saúde que se constitui como direito, a partir da promulgação da Constituição de 1988, surge no âmbito nacional a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde⁶, criada em 2010 com o objetivo de lutar contra a privatização e mercantilização da gestão e prestação de serviços de saúde no Brasil. A Frente, defende um SUS público, estatal, sob administração direta do Estado, gratuito e para todos (FRENTE, 2010).

Como extensão da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, foi criado o Fórum em Defesa do SUS de Campina Grande, que tem seguido as propostas defendidas pela Frente, na perspectiva de barrar o processo privatizante em curso.

Evidencia-se que o Fórum defende um SUS universal e de qualidade. Para tanto, são

⁶A Frente defende os princípios e diretrizes de um SUS universal, integral intersetorial e descentralizado, sendo este considerado como uma política conquistada através de muitas lutas da sociedade civil. Importante se faz a luta da Frente por um projeto de RSB que concebe a saúde como um bem público, articulando as lutas pela saúde pública a um novo projeto societário.

realizadas reuniões semanalmente com o intuito de difundir os conhecimentos sobre a problemática da privatização na saúde, onde as entidades representativas do Fórum propõem, em conjunto, atividades de disseminação de cultura contra a privatização da saúde e seus prejuízos para a sociedade.

Nessa perspectiva, a luta do Fórum vem sendo travada contra os modelos privatizantes tais como: a EBSEH, OS, Fundações Estatais de Direito Privado, mas especificamente, em Campina Grande, o foco é na luta contra a privatização dos Hospitais Universitários /HUs e pelas reformas por dentro do SUS.

Desta maneira a pesquisa intitulada de “Sujeitos Políticos Coletivos e Reforma Sanitária na Paraíba” ao qual estava vinculada ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) cota 2013/2014, buscou identificar as estratégias de resistência e os desafios dentro do Fórum.

Logo, as estratégias de resistência que foram identificadas consistem em quatro segmentos: na sociedade civil, no judiciário, nas ruas e nos meios de comunicações. A tabela a seguir demonstra como essas ações de resistência ocorreram em cada segmento.

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS AO MODELO PRIVATIZANTE.

Na Sociedade Civil	No campo Jurídico e parlamentar	Nas ruas	Nos meios de comunicação (mídia)
<ul style="list-style-type: none"> Realizando o debate da privatização nas ruas com a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Campina Grande, bem como com a população em geral, trabalhadores da saúde e usuários do SUS. 	<ul style="list-style-type: none"> Articulação da ação popular contra EBSEH, Tentativa de reversão da atitude monocritica do reitor em assinar o contrato da EBSEH, articulando o Ministério Público Federal para pedir anulação por improbidade administrativa, pois a adesão da mesma foi feita contra a decisão do colegiado pleno, violando o Estatuto. Reversão do cancelamento da seleção pública uma vez que o reitor já havia autorizado e homologado. 	<p>Ações com atos públicos, caminhadas, palavras de ordem etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Os atos e protestos contra a privatização da saúde têm sido midiáticos por meio de materiais, folhetos, jornais impressos e imprensa televisiva; Organização de reuniões com representantes do Fórum e demais integrantes.

Fonte: Pesquisa documental, PIBIC 2013/2014.

Destarte, é perceptível o esforço e a luta do Fórum em tentar barrar o processo de privatização no âmbito local de Campina Grande. O seu maior objetivo é propagar o conhecimento a fundo da conjuntura de crise da saúde em curso, proporcionando a informação para uma parte da população que não tem conhecimento dessa atual realidade.

Diante dessa conjuntura, os desafios do Fórum em Defesa do SUS de Campina Grande, foram identificados através da observação sistemática das atividades do mesmo. Destaca-se a dificuldade de articular mais sujeitos políticos para fortalecer o movimento contra a EBSEH, pois nas reuniões de articulação e deliberação é perceptível um pequeno número de concentração de pessoas participantes na

reunião para propor e realizar os encaminhamentos.

Desta forma, a tabela abaixo, sistematiza outros desafios identificados na tentativa de barrar esse processo de privatização.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELO FÓRUM EM DEFESA DO SUS

Dificuldades postas	Resistências postas como desafios
<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de articular mais pessoas para fortalecer o movimento contra a EBSEH, As deliberações são feitas entre os poucos sujeitos políticos que frequentam as reuniões do Fórum, Debater com a comunidade em geral sobre a temática das privatizações e sobre a questão da EBSEH, Discutir com as 03 categorias universitárias (estudantes, técnicos e professores) e manter a articulação e mobilização para adesão das propostas do Fórum. 	<ul style="list-style-type: none"> Da comunidade em receber informações contrárias a que lhe foram postas, DCE e CAs resistem a algumas demandas deliberadas por parte do Fórum, Resistência do reitor para um possível diálogo com o colegiado pleno, bem como, com a própria comunidade acadêmica e civil.

Fonte: Pesquisa documental, PIBIC 2013/ 2014.

Diante do exposto, o Fórum tem sido um sujeito político atuante nesse processo de privatização da saúde no município de Campina Grande/PB. Desse modo, o presente trabalho buscou evidenciar a atual conjuntura das políticas social-liberais que temos vivenciado na saúde, bem como o desmonte dos direitos sociais, demonstrado através da implantação dos “novos” modelos de gestão como forma de gerir os serviços públicos de saúde sob a lógica do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o presente trabalho, evidencia-se que estamos vivenciando uma conjuntura de políticas social-liberais, que ataca cotidianamente a saúde, sob a forma dos “novos” modelos de gestão que expõe a mesma como mercadoria e fonte de lucro. Nessa perspectiva de ajuste, presenciamos um desmonte dos direitos conquistados outrora por lutas sociais, ou seja, uma contrarreforma do Estado que implica no gerenciamento dos serviços públicos sob a ótica privatista e mercadológica. No entanto, apontamos como avanço e ganho para a sociedade brasileira a implementação do SUS na Constituição Federal de 1988, que efetiva a saúde como um direito de todos e dever do Estado, ressaltando o movimento da Reforma Sanitária Brasileira como instrumento de luta nesse processo. Contudo, enfatizamos a importância dos sujeitos políticos coletivos nesse embate contemporâneo, e entendemos a Frente Nacional assim como o Fórum em Defesa do SUS de Campina Grande, como protagonistas desse processo de resistência à mercantilização da saúde, bem como todas as formas de privatização.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortes, 2003.
- CONFERÊNCIA Nacional da Saúde, 8ª. Brasília, 1986. – Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.
- FÓRUM da Reforma Sanitária Brasileira. **Reafirmando Compromissos pela saúde dos Brasileiros**, ABRASCO/CEBES/Abres/Rede Unida/Ampasa, 2005. Brasília, nov.2005.
- FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE. **Em Defesa do SUS: público, estatal, universal e de qualidade**. 2011.
- FÓRUM EM DEFESA DO SUS DE CAMPINA GRANDE. **O que é o Fórum**. 2012.
- _____. **Jornal do Fórum em Defesa do SUS-CG n.2**. Campina Grande, agosto de 2014b.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere: Os intelectuais, os princípios educativos, jornalismo**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henrique e Marcos Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Vol.2
- PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado dos Anos 90**. Caderno do Mare, nº 1. Brasília: 1997.

RODRIGUEZ NETO, E. [Discurso apresentado na reunião da Abrasco em Cachoeira-Bahia]. **Saúde Debate**, n.20p. 33-38, abr.1998.

_____. Esse anteprojeto contempla as questões essenciais para uma efetiva Reforma Sanitária. **Proposta Jornal da Reforma Sanitária**, n.1, jun.1987^a, Encarte especial 1.

SILVA, Alessandra Ximenes da. Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos: no processo da Reforma Sanitária Brasileira. **Tese** (Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco), 2013.

_____. **RELATÓRIO PARCIAL DO PIBIC 2013/2014**. Sujeitos Políticos Coletivos e Reforma Sanitária na Paraíba. Campina Grande/PB. 2014.